

FOUCAULT, A CULTURA DE SI E A PROBLEMATIZAÇÃO DOS NOSSOS MODOS DE CONSTITUIÇÃO DA EXISTÊNCIA

Priscila Piazzentini Vieira*

O livro *História da Sexualidade 3: O Cuidado de Si* integra uma nova fase nos estudos de Michel Foucault inaugurada pela obra *História da Sexualidade 2: O Uso dos Prazeres*. Se em seus trabalhos anteriores ele havia se preocupado basicamente com as instâncias do saber e do poder, em *O Uso dos Prazeres* ele descobrirá uma “terceira dimensão”¹, nas palavras de Deleuze, a subjetividade. Com isso, recuará da sociedade moderna à antiga para entender o que ele chamou de “artes da existência”. Segundo Foucault, estas seriam:

“(…) práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de valores estéticos e responda a certos critérios de estilo”.²

Ao voltar à Antigüidade, percebo que Foucault quer demarcar a diferença em relação à Modernidade nas formas de constituição do que denominamos o “sujeito”. Segundo ele, nas culturas grega e greco-romana, o espaço de constituição do sujeito, de subjetivação, era uma esfera que enfatizava a liberdade e a produção de si mesmo, ao contrário do que havia ocorrido com o advento da Modernidade. Nesta a produção do sujeito atrelou-se, predominantemente, aos códigos e às normas. As observações do

* Mestranda em História no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

filósofo francês, portanto, destacarão que o modo moderno de produção do sujeito não é necessário, abrindo espaço para pensarmos em novas maneiras de nos relacionarmos e de nos produzirmos. Nesse sentido, aponta Deleuze:

“(...) o que interessa essencialmente a Foucault não é um retorno aos gregos, mas *nós hoje*: quais são nossos modos de existência, nossas possibilidades de vida ou nossos processos de subjetivação; será que temos maneiras de nos constituirmos como ‘si’, e, como diria Nietzsche, maneiras suficientemente ‘artistas’, para além do saber e do poder?”.³

Em *História da Sexualidade 3: O Cuidado de Si*, Foucault centra-se sobre o Império Romano dos séculos I e II, percebendo uma mudança nos modos de subjetivação. Através das questões tratadas pelo autor e dos textos filosóficos e médicos selecionados por ele tentarei notar a especificidade dessa “cultura de si”, ressaltando a diferença desta tanto diante dos modos de subjetivação gregos quanto dos modos de sujeição modernos. Esse é um duplo movimento percorrido em todo o livro de Foucault.

No capítulo “A mulher”, que privilegio nessa fala, Foucault afirma que nos textos clássicos sobre o casamento a reflexão conjugal fazia parte de um amplo quadro, passando pela cidade e pela casa. Ele também exigia um estilo particular de conduta no qual o domínio de si dava forma ao comportamento do homem sábio, moderado e justo. Já a ética do comportamento matrimonial dos dois primeiros séculos a.C. até o segundo d.C. possui diferenças, pois se ainda diz respeito às antigas questões, valoriza cada vez mais a relação pessoal entre os dois esposos. Essa arte de conduzir, segundo o filósofo, definiria uma estilística do vínculo individual, com a soberania de si sobre si manifestando-se cada vez mais na prática dos deveres em relação aos outros e, sobretudo, de um respeito em relação à esposa. Portanto, essas formas de agir no

casamento tornaram-se temas de problematização, objetos de um debate filosófico e elementos de uma arte refletida de se conduzir: “Uma estilística da existência a dois surge dos preceitos tradicionais da gestão matrimonial”.⁴

Um dos temas presentes nessa discussão é a questão do vínculo conjugal, que nos textos estoícos dos dois primeiros séculos definem um modo de coexistência entre marido e mulher bem diferente do que era proposto nos textos clássicos. O casamento, diferencia o autor, não é mais pensado como “forma matrimonial”, fixando a complementariedade dos papéis na gestão da casa, mas como “vínculo conjugal” e relação pessoal entre o homem e a mulher. Nesse sentido, o tema clássico de que o casamento era natural pela contribuição à procriação e à comunidade de vida, é retomado pelos estoícos para lhe reservar uma noção diferente. Para Musonius, o casamento levava a formação de uma descendência comum e de um companheirismo de vida. Para Hierocles o ser humano seria binário por constituição, feito para viver a dois, sendo o homem de todo modo um ser conjugal. Há aí, portanto, a constituição de uma “estilística da existência a dois”.

Portanto, os filósofos da época imperial deram à relação conjugal uma forma particular, definindo todo um modo de existência. Antes a vida matrimonial era caracterizada por uma repartição de encargos e comportamentos na forma de complementariedade e era a prosperidade da casa que dava unidade a essas atividades e a modos de vida que eram, por definição, diferentes. Foucault afirma que essas condições não desaparecem, mas vê-se afirmar a exigência de uma vida compartilhada e de uma existência em comum. Esse estilo da existência é marcado por uma “arte de estar junto” e enquanto Aristóteles e Xenofonte estabeleceram uma divisão entre homens e mulheres, os estoícos afirmarão a igual capacidade dos dois sexos para a virtude.

Nessa arte de ser casado, a atenção para consigo e os cuidados com a vida a dois se associavam estreitamente e, como a relação com a esposa era essencial à existência

e o ser humano era um indivíduo conjugal, não poderia haver incompatibilidade entre a relação que se estabelecia consigo próprio e a relação que se instaurava com o outro. Nessa direção, Foucault afirma: “A arte da conjugalidade fez parte integrante da cultura de si”.⁵ Portanto, esse estilo de vida de casamento não era definido unicamente pelo domínio de si e pelo princípio de que é preciso governar a si próprio para poder dirigir os outros, como o filósofo destacou em *O uso dos prazeres*, mas se define também pela elaboração de uma reciprocidade com o cônjuge no vínculo conjugal. É a partir desse paradoxo da cultura de si na qual a mulher é valorizada como o outro, mas ao mesmo tempo o marido deve reconhecê-la como formando unidade com ele que Foucault percebe uma mudança nas formas tradicionais das relações matrimoniais.

Ao discutir o regime das relações sexuais nos tratados da vida matrimonial, Foucault afirma ser o lugar reservado às relações sexuais muito limitado. Mas, destacará alguns princípios nos quais a relação entre o uso dos prazeres e a vida de casamento é formulada. O autor coloca que tradicionalmente o vínculo entre o ato sexual e o casamento era realizado em função da procriação e não havia razão para que os homens reservassem seus prazeres sexuais somente para a própria mulher. Diversamente dessa noção, na moral do casamento nos dois primeiros séculos de nossa era, Foucault constatou uma “conjugalização” das relações sexuais e argumenta: “Estado de casamento e atividade sexual devem chegar a coincidir: e isso de pleno direito, mais do que somente pelo objetivo de uma descendência legítima”.⁶

Assim, para a ética tradicional (Sêneca, Epicteto, Marco Aurélio) a virtude não estava no fato de reservar seus prazeres sexuais unicamente para o casamento, mas por ter sabido dominar-se a si próprio esperando o momento de provar o prazer do sexo. Já para Musonius toda relação sexual que não se desenrole no quadro da conjugalidade era condenada, sendo esta a condição para o exercício legítimo da atividade sexual. Diversa da moral antiga, essa noção é também diferente da idéia cristã de que o prazer sexual é

uma mancha e que só o casamento seria uma forma de torná-la legítima e aceitável. Foucault argumenta: “A mancha não está no próprio ato sexual mas no ‘desregramento’ que o dissociaria do casamento, onde encontra sua forma natural e seu fim racional”.⁷

Assim como a reflexão sobre a relação sexual era limitada na discussão da vida matrimonial, a economia dos prazeres também é tratada com uma extrema reserva. Seus princípios gerais afirmavam que a relação conjugal não deveria ser estranha nem a Eros nem a Afrodite. Mas essa presença dos prazeres físicos no casamento era acompanhada de um princípio que afirmava não dever tratar a própria esposa como uma amante. Esse tema que será reencontrado na tradição cristã se dá de forma diversa no pensamento estóico, pois para este o princípio natural e racional do casamento era destinado a ligar duas existências, a produzir uma descendência, a ser útil para a cidade e a beneficiar o gênero humano. Nesse sentido, buscar no casamento somente os prazeres seria transgredir o princípio que deveria reunir um homem e uma mulher.

A procriação era uma das grandes finalidades naturais e racionais reconhecidas no casamento, mas terá um sentido diverso do que possuirá para a moral cristã, já que a exclusão do prazer será uma oposição de princípio, mais do que um esquema que permitisse regular os comportamentos e codificar com precisão suas formas permitidas ou proibidas, como também a ordenação de uma vida comum e compartilhada não estabelecia uma relação clara entre o permitido e o proibido.

O princípio de condenar as relações sexuais fora do casamento e a exigência de que as relações sexuais não obedecessem a uma economia do prazer, mas a uma finalização procriadora, não são considerados traços novos por Foucault, pois além de já pertencerem às reflexões de Platão, também estavam presentes nas exigências da Igreja Cristã. Porém, ele argumenta que essa permanência de temas não constitui uma identidade e a moral imperial “trouxe um certo número de inflexões particulares que dizem respeito às formas então assumidas pelo desenvolvimento da cultura de si”.⁸

Para diferenciar os sentidos que o vínculo entre relação sexual e casamento adquiriu nessas três tradições, e percebo aí claramente o movimento característico ao texto de Foucault, o filósofo francês argumentará que para Platão essa relação era necessária para fornecer à cidade os filhos de que precisava para subsistir e conservar a sua força; para o cristianismo a relação sexual já continha em si mesma as marcas do pecado e só o casamento poderia lhe dar uma legitimidade; enquanto que para Musonius, Plutarco, Hierocles e Sêneca, Foucault afirma: “O monopólio sexual que se tende a reivindicar para o casamento nessa forma de ética, gravita menos em torno das utilidades ‘externas’ do casamento, ou da negatividade ‘interna’ do prazer, do que uma tentativa de levar à coincidência de um certo número de relações: a conjunção dos dois parceiros sexuais, o vínculo dual dos cônjuges, o papel social da família- e isso na adequação mais perfeita possível da relação para consigo”.⁹

Além disso, a obrigação de manter o uso dos prazeres no casamento era para Platão, Isócrates e Aristóteles uma maneira de exercer o domínio sobre si mesmo, domínio obrigatório para a autoridade que o sujeito deveria exercer na cidade; para a pastoral cristã era um dever incondicional para a própria salvação; e para a moral inspirada pelo estoicismo era para satisfazer as exigências próprias das relações consigo, para honrar-se a si mesmo como um ser racional que convinha fazer dos prazeres sexuais um uso interno ao casamento.

Desse modo, se toda essa reflexão moral desse período parece marcar um reforço dos temas da austeridade, Foucault não reconhece nesta o esboço de uma moral futura que será encontrada no cristianismo. Apesar da continuidade de certos temas, o que o filósofo enfatiza é a diferença dessa em relação à tradição cristã, como também da problematização apresentada no século IV a.C.

E se esses princípios são próximos às formulações que encontraremos nas morais ulteriores, Foucault enfatiza que essa analogia não deve provocar ilusão, já que essas

morais definirão outras modalidades da relação consigo que produzirá um modo de sujeição na forma da obediência de uma lei geral e um modo de realização ética que tende à renúncia a si. Se os elementos permanecerem análogos, Foucault enfatiza a especificidade dos elementos dessa estilística da existência baseada no cuidado de si: “Eles então farão parte de uma ética profundamente remanejada e de uma outra maneira de constituir-se a si mesmo enquanto sujeito moral de suas próprias condutas sexuais”.¹⁰

¹ Deleuze, Gilles, *Conversações*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1996, p.115.

² Foucault, Michel, *História da Sexualidade 2: O Uso dos Prazeres*, Rio de Janeiro, Graal, 1984, p.15.

³ Deleuze, op. cit., p.124.

⁴ Idem, p.151.

⁵ Idem, p.164.

⁶ Idem, p.167.

⁷ Idem, p.171.

⁸ Idem, p.184.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem, p.235.